

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MARIA AUGUSTA NAZÁRIO

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PRÁTICA DE JOGOS
COOPERATIVOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO
REGULAR**

CRICIÚMA

2011

MARIA AUGUSTA NAZÁRIO

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PRÁTICA DE JOGOS
COOPERATIVOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO
REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciado no curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof. (a) Maria Neiva Mezari Borges

CRICIÚMA

2011

MARIA AUGUSTA NAZÁRIO

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PRÁTICA DE JOGOS COOPERATIVOS NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciada, no Curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Temas da Cultura Corporal.

Criciúma, 07 de Dezembro de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Neiva Mezari Borges - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. Marlei Lopes de Jesus - Mestre - (Universidade Del Norte)

Prof. Eduardo Batista Von Borowski - Mestre - (UNESC)

Dedico a minha Mãe por sempre me apoiar e ser meu alicerce, minha família por ser minha base e a Fernanda por estar sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, companheiro inseparável e fonte de inspiração;

Minha mãe, meu porto seguro, por sua batalha pelo meu crescimento, sempre me apoiando e me levantando todas as vezes que eu não possuía mais forças.

Aos meus avós que estarão sempre presentes na minha vida e que fazem parte do que sou hoje;

Meus familiares, especialmente ao tio Voni, tia Noeli, Rute e Quinha, pessoas que nunca mediram esforços para me apoiar e incentivar no que fosse preciso.

A Fernanda onde encontrei uma segunda família, que está sempre comigo, me aturando nos momentos mais difíceis dessa trajetória e que foi e ainda é alguém muito especial com sua paciência, compreensão e respeito, me ajudando a enfrentar o que tiver que ser enfrentado.

Muitas pessoas seriam dignas de agradecimentos, pois às vezes são pequenas atitudes que nos ajudam e que nos fazem sempre seguir em frente, a elas agradeço com todo meu coração.

Agradeço a minha orientadora Neiva Mezari Borges, com todo seu conhecimento me deu um caminho para traçar.

Por fim, agradeço aos professores Eduardo Batista e Marlei Lopes por terem aceitado fazer parte deste trabalho, e ao professor Afonso pela disposição em ajudar sempre que era preciso.

“Não é necessário que todas as pessoas cheguem no mesmo lugar ao mesmo tempo, mas que todos tenham o direito de achar o seu próprio lugar no seu tempo.”

(Elvio Marcos Boato)

RESUMO

A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes à diferença de aprendizagem dos alunos. Ela demanda que a escola se transforme em espaço de trocas o qual favoreça o ato de ensinar e de aprender. A cooperação pode ter uma grande ligação com a inclusão, pois o processo de cooperar passa do individual para o grupal ou social. Com conhecimentos específicos da área de Educação Física podem-se potencializar ações positivas no processo inclusivo com princípios de cooperação nas aulas de Educação Física. Transformar a escola significa criar as condições para que todos participem do processo de construção do conhecimento independente de suas características particulares. Existem professores de Educação Física que resistem em trabalhar com Jogos Cooperativos com alunos com deficiência em virtude dos novos desafios que enfrentarão. Diante disso, os jogos cooperativos têm uma proposta de banir a exacerbação da competição e do ponto de vista excessivo da Educação Física esportivizada. A educação física deve propiciar o desenvolvimento global de seus alunos, ajudar para que o mesmo consiga atingir a adaptação e o equilíbrio que requer suas limitações e ou deficiência; identificar as necessidades e capacidades de cada educando quanto às suas possibilidades de ação e adaptações para o movimento; facilitar sua independência e autonomia, bem como facilitar o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social, quando necessário.

Palavras-chave: Inclusão. Aprendizagem. Jogos Cooperativos. Educação Especial.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

PMC - Prefeitura Municipal de Criciúma

RCN - Referenciais Curriculares Nacionais

MEC - Ministério da Educação e Cultura

ONGs - Organização não governamentais

LDB - Leis de diretrizes e bases da educação nacional

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

SEED- Secretaria de Educação Especial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	13
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO	14
2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	15
2.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ATUALIDADE	Erro! Indicador não definido.
3 O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	21
3.1 EIXOS ESTRUTURADORES DA ED. FÍSICA NA ED. ESPECIAL	23
3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL	24
4 JOGOS COOPERATIVOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	26
4.1 DESENVOLVIMENTO DOS JOGOS COOPERATIVOS	28
4.2 MATERIAIS UTILIZADOS E SUAS FUNÇÕES	28
4.3 JOGOS COOPERATIVOS/COMPETITIVOS	29
4.4 A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	31
4.5 BENEFÍCIOS DOS JOGOS COOPERATIVOS	32
5 METODOLOGIA	34
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	34
6 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo os jogos cooperativos existem e são utilizados nas escolas regulares, e com pequenas adaptações estes podem ser atividades divertidas que contribuem para diferenciar o jogo da competição.

A cooperação pode ter uma grande ligação com a inclusão, pois o processo de cooperar passa do individual para o grupal ou social. Com conhecimentos específicos da área de Educação Física podem-se potencializar ações positivas no processo inclusivo com princípios de cooperação nas aulas de Educação Física.

Ao escolher o tema para o trabalho monográfico de conclusão do curso de Educação física, pensei sobre a educação especial e em como esta poderia facilitar e contribuir para o acesso das pessoas com deficiência no ensino regular e onde todos pudessem participar com mais igualdade nas aulas.

Este estudo surgiu, portanto, da necessidade de um aprofundamento teórico sobre esta temática e tem como tema A educação especial e a prática de jogos cooperativos nas aulas de educação física no ensino regular.

O problema foi estipulado a partir da seguinte pergunta: Como o professor de Educação física pode intervir nas relações de cooperação dos alunos e promover a socialização das pessoas com deficiência em suas aulas?

Como objetivo geral, Analisar as intervenções feitas através dos jogos cooperativos nas aulas de educação física, com pessoas com deficiência no ensino regular.

A partir do objetivo geral estabeleci os seguintes objetivos específicos, Identificar o tipo de jogo cooperativo utilizado pelo professor de educação física.

Observar as relações interpessoais das pessoas com deficiência, junto aos alunos do ensino regular nas aulas de educação física.

Identificar se o professor de educação física oportuniza momentos de interação cooperativa e prazerosa aos alunos em suas aulas.

Este trabalho monográfico foi estruturado com os seguintes capítulos:

No capítulo 2 abordaremos de forma sintetizada o histórico da educação especial no mundo, no Brasil e na atualidade.

No capítulo 3 falaremos um pouco sobre o ensino da educação física no Brasil, bem como seus eixos estruturadores e a estrutura organizacional da educação física na educação especial.

No capítulo 4 tem como abordagem os jogos cooperativos na educação especial, tema principal desde trabalho, onde nos traz sugestões de materiais e jogos cooperativos, bem como seus benefícios no processo educativo.

Para finalizar, no capítulo 5 trazemos a metodologia e caracterização da pesquisa utilizada neste estudo monográfico.

A crescente difusão dos Jogos Cooperativos no Brasil vem despertando o interesse de profissionais dos mais diversos setores da sociedade, demonstrando a importância do aprender a trabalhar em equipe e aperfeiçoar nossas habilidades de convivência para restaurar e fortalecer o sentido de uma só Comum-Unidade Humana.

A prática de jogos cooperativos, numa escola inclusiva tem sido considerado uma importante proposta para a educação física escolar, no sentido de valorizar a cooperação nas aulas de educação física e pode contribuir para o pleno desenvolvimento das habilidades sociais dos alunos.

Sendo assim, é importante que se cultive a cooperação, com a conseqüente modificações de práticas, conceitos e valores competitivos comumente encontrados na escola.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O processo histórico da educação especial no mundo e no Brasil, fundamentados na concepção de ser humano enquanto ser único dotado de particularidades. Há na sociedade contemporânea, grande diversidade religiosa, étnica e cultural, que necessita de mudanças de olhar para as pessoas com necessidades especiais. (BRASIL, MEC/SEESP, 2009).

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de alunos encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares. (BRASIL, MEC/SEESP, 2009).

Na busca de enfrentar esse desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (1990), chama a atenção dos países para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola. (BRASIL, 1997).

No contexto do movimento político para o alcance das metas de educação para todos, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO em 1994, propõe aprofundar a discussão, problematizando os aspectos acerca da escola não acessível a todos os alunos.

A partir desta reflexão acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, o documento Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 1997, p. 17-18).

Esta perspectiva conduz ao debate sobre os rumos da educação especial, tornando-se fundamental para a construção de políticas de formação, financiamento e gestão, necessárias para a transformação da estrutura educacional a fim de assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos, concebendo a escola como um espaço que reconhece e valoriza as diferenças.

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO

As pessoas com necessidades especiais foram consideradas inúteis, incapazes, ou melhor, sem função alguma durante muitos anos, conforme a organização da sociedade. No século XVII estas pessoas eram negligenciadas, isto é, os deficientes não eram considerados seres humanos, sendo, portanto, abandonados, perseguidos e eliminados. Não havia atendimento sistemático ou preocupação com estas pessoas; eram considerados seres inúteis e improdutivos.

Para os espartanos a força física era valor essencial. Eliminavam os deficientes porque não eram úteis para a sociedade, visto que não podiam exibir sua força. Já em Atenas, os deficientes eram deixados em florestas onde morriam de inanição ou por ataques de animais. (OLIVEIRA, 2010).

Vale ressaltar que também era comum atirar essas pessoas em rios. E, na civilização romana, apesar de os deficientes terem suas vidas preservadas, eles eram exibidos em festividades, o que os infantilizava e os despeitava, enfatizando assim, novamente, que não possuíam valor algum na sociedade.

Na idade Média, a explicação para as deficiências fundamentava-se principalmente nas questões sobrenaturais que dependiam das características de cada pessoa. Possuídos dos por demônios, possessão divina, videntes, profetas e adivinhos eram alguns dos “nomes” que os deficientes recebiam na sociedade. Este período também teve grande influência da Inquisição na qual as pessoas com deficiência eram consideradas bruxas, demoníacas ou serviam para purgação dos

pecados de seus semelhantes. Era freqüente acontecerem castigos, torturas, apedrejamentos e mortes nas fogueiras.

A ascensão do Cristianismo trouxe mudanças na concepção das pessoas com deficiência, que passam a ser consideradas “Filhos de Deus”. Agora não poderiam mais ser eliminadas e, portanto, precisavam ser acolhidas pela sociedade. Assim, surgem às instituições de caridade - asilos e instituições especializadas – que acolhiam os deficientes. Vale ressaltar que o direito a vida foi assegurado, mas estas pessoas continuavam a ser segregadas, processo que ainda precisa ser vencido. (GAIO& MENEGHETTI 2004 p.32).

2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil a Educação Especial teve início na metade do século passado com a criação em 1854 do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e em 1857 do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, locais estes que serviam de asilos e se intensificou com a Proclamação da República. Nessa época, existiam quarenta estabelecimentos de ensino regular que atendiam deficientes mentais e outros quatorze estabelecimentos que atendiam também a outros tipos de deficiências. Mas foi somente no final da década de 60 que se iniciou o movimento pela integração social. Sasaki (1998, p.31) ressalta que o objetivo deste movimento era “inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho a família e o lazer” onde o portador de deficiência deveria estar adaptado a integrar ao meio social e não o meio social a ele. Este conceito permanecia de maneira preconceituosa no olhar de muitos que julgavam ser cidadãos, associando o deficiente à incapacidade de qualquer aprendizagem o qual insistiam no método clínico de atendimento para os mesmo.

Na década de 90, com a Constituição de 1988, ocorreram mudanças significativas onde ficou estabelecido direito contra qualquer tratamento discriminatório e a atendimento educacional especializado a todo portador de deficiência. Já na década de 50 que surgiram estabelecimentos de ensinios para os deficientes, dentre elas a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma escola especializada em atender as pessoas portadoras de deficiências. Atualmente em nossa legislação existem algumas leis que contemplam a igualdade de oportunidades determinando os mesmos diretos de acesso à educação

respeitando suas individualidades. A escola neste momento busca integrar e socializar todos os alunos portadores de necessidades especiais na sociedade, passando a ter as mesmas oportunidades e direitos. Transformando o trabalho docente em um trabalho contínuo envolvendo os alunos a buscarem alguns princípios de convivência como da aceitação, respeito, valorização das diversidades e reconhecimento da potencialidade da inclusão escolar. A proposta de inclusão propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência. O paradigma da inclusão é bem claro nas palavras de Sasaki (1998, p. 9):

[...] as escolas (tanto comuns como especiais) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas, inclusivas), mais de que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas).

A deficiência é considerada como uma diferença que faz parte dessa diversidade e que não pode ser negada. Para a Declaração de Salamanca, é necessário que as instituições de ensino se adaptem as necessidades de todas as crianças, pois as diferenças humanas é que são normais fazendo-se necessário o conhecimento docente sobre as deficiências, buscando novas estratégias metodológicas que levem em considerações a diversidade dos alunos, adaptando atividades, conteúdos e currículos.

2.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ATUALIDADE

A literatura especializada aponta grandes avanços recentes, mas, ao mesmo tempo, revela imensas lacunas no conhecimento relativo a problemas que envolvem os indivíduos especiais, suas famílias, a escola e a comunidade; problemas cuja solução depende de investigação científica e de intervenção que seja cientificamente embasada e avaliada. (MENDES, 2006).

Perguntas em aberto na área abrangem questões relativas a características e potenciais de pessoas com deficiência, a procedimentos e estratégias de ensino efetivas e exequíveis, à construção de currículos significativos

(incluindo a profissionalização e estratégias para sobrevivência autônoma), a tipos e modalidades de serviços apropriados e como torná-los acessíveis, a formas de envolvimento da comunidade, à organização escolar, às políticas públicas e à distribuição de recursos, entre outras.

Buscar concretizar os planos e ideais requer conhecimento e prática. É preciso perguntar qual a prática necessária - e então perguntar: qual o conhecimento necessário para fundamentar a prática?

A educação inclusiva é hoje um fenômeno que requer posicionamento ideológico, em especial por se tratar de uma ideologia importada de países desenvolvidos, que representa uma igualdade ao modismo, pois não se tem lastro histórico na realidade brasileira que a sustente. Não se pode negar que na perspectiva filosófica a inclusão é uma questão de valor, ou seja, é um imperativo moral, e nem questioná-la dentro da ética vigente nas sociedades ditas democráticas, onde não se pode descartar que a adoção de diretrizes baseadas na educação inclusiva pode ser a única estratégia política com potencial para garantir o avanço necessário na Educação Especial brasileira. (OLIVEIRA, 2006).

Em outros países, por exemplo, o movimento se assenta em contextos onde já existia um razoável acesso à educação, uma rede diversificada e melhor qualificada de serviços, nos quais a perspectiva de educação inclusiva representou apenas um passo natural em direção à mudança. (MENDES, 2006).

No Brasil a educação inclusiva é ainda uma história a ser construída, e as universidades podem contribuir para esse processo.

Portanto, a ciência torna-se essencial para que a sociedade brasileira busque contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma Educação Especial equivocada que atua contra os ideais de inclusão social e plena cidadania. Por outro lado, é necessário também que o processo de tomada de decisão política privilegie mais as bases empíricas fornecidas pela pesquisa científica sobre inclusão escolar. (MENDES, 2006).

No Brasil há procedimentos que geram dados que permitem subsidiar o acompanhamento de políticas públicas educacionais, que adotam a perspectiva da inclusão, sobre formação de professores (do ensino regular e especial) e estratégias pedagógicas inclusivas que podem ser adaptadas para a realidade brasileira. (ZANELLA, 2006).

Mas, a mudança requer ainda um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que ela possa ser posta em prática, pois é na existência de pessoal cientificamente preparado, para identificar as armadilhas de concepções e procedimentos inadequados, que reside à possibilidade de alterar a realidade da Educação Especial no país. (ZANELLA, 2006).

A universidade enquanto agência de formação, além de produzir conhecimento tem ainda à responsabilidade de qualificar os recursos humanos envolvidos, tanto em cursos de formação inicial quanto continuada, o que é um desafio considerável para o sistema brasileiro de ensino superior. (MENDES, 2006).

Assim sendo, o futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com deficiência, para trabalhar numa meta comum que seria a de para garantir uma educação de melhor qualidade para todos. (MENDES, 2006).

A partir do ano de 1981, foi declarado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, hoje considerado o embrião da educação inclusiva e, em 1983-1992 foi instituída a década das pessoas com deficiência nas Nações Unidas.

A partir daí passou a ser pauta de discussões internacionais, como por exemplo, em 1994 foi realizada em Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, cujas discussões surgiu o documento Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial, firmando-se a urgência de ações para uma educação capaz de reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender às necessidades de cada criança individualmente. Reuniu delegados de 92 governos e 25 Organizações não Governamentais (ONGs). Seu objetivo principal foi propor a adoção de linhas de ação em Educação Especial, dentro de uma política de escola inclusiva.

Outro documento também importante é a Declaração Mundial de Educação para Todos, Conferência de *Jomtien*, Tailândia, 1990, Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, promovida pelas Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO), fundação das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. O objetivo era traçar ações concretas para mudar até 2000 a situação do analfabetismo, incluindo a situação das pessoas com necessidades educacionais especiais. (ROSSETO, 2006).

Em relação a esta trajetória histórica da Educação Especial, hoje vista na perspectiva de inclusão social e escolar dos alunos com deficiência, ainda destaca-se o documento: Política Nacional de Educação Especial (1994 - MEC). Este documento propunha-se estabelecer objetivos gerais e específicos referentes à interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, modificando a terminologia de portador de deficiência para portador de necessidades especiais. Por meio deste documento, o Ministério da Educação estabelece como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de pessoas com deficiência, e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração. (MEC/SEED, 1994).

Outro documento a ser mencionado é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, de 20/12/96 em substituição a 4024/61 e 5692/71. O capítulo V caracteriza, em três artigos, a natureza do atendimento especializado e, para que os professores consigam atingir os seus objetivos é necessário que se tenha um serviço de apoio funcionando, que nos parágrafos da LDB, no artigo 58, diz que:

1º Haverá quando necessário, serviço de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Deve a escola, institucionalizar o processo de inclusão, explicitando quais os procedimentos, princípios e finalidades dessa proposta de educação para todos.

Dentro deste pressuposto, parte-se de uma escola articulada com uma sociedade que entenda a educação como fato social, político e cultural em oposição a uma escola padronizada e representante do *status quo*. (ROSSETO, 2006).

A educação inclusiva, apesar de encontrar sérias resistências por parte de muitos, constitui uma proposta que objetiva resgatar valores sociais voltados com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos. No entanto, para que esta inclusão se concretize, não é suficiente existirem leis que determinem a sua efetivação. (ROSSETO, 2006).

É necessário refletir sobre certos conceitos, como por exemplo, concepção de homem, educação, e sociedade como seus determinantes econômicos, sociais e políticos. (ROSSETO, 2006).

Tudo isto, pressupõe grandes avanços e mudanças na sociedade como um todo, acabando definitivamente com o preconceito, buscando analisar sobre quais seriam as condições necessárias à inclusão das pessoas com deficiência na atual escola pública, através de pesquisas, dados confiáveis e precisos, abandonando definitivamente discussões meramente opinativas, que não resultam na efetivação de uma Educação Especial séria e eficaz. (ROSSETO, 2006).

Portanto, a realidade da Educação Especial brasileira ainda não é a adequada, mas percebe-se grande mobilização por parte de todos em relação à melhoria da mesma, e é claro que a EF não fica de fora desse contexto. Conforme a LDB em seu artigo 26, no parágrafo 3º, a EF está integrada a proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às condições da população escolar.

3 O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No Brasil, é grande a falta de atendimento adequado às necessidades escolares de crianças com dificuldades de aprendizagem, capaz de diminuir o índice de evasão e repetência escolar. (MAZZOTTA, 2003).

A evolução das idéias e práticas relativas aos serviços para pessoas com deficiência e, a inserção escolar, colocam inúmeras questões aos educadores, especialistas.

Conforme Mantoan (1997), os desafios a enfrentar são inúmeros e toda e qualquer investida no sentido de ministrar um ensino especializado aos alunos dependem de se ultrapassarem as condições atuais de estruturação do ensino escolar para deficientes.

A Educação Especial na política educacional brasileira, desde o final da década de cinqüenta deste século, até os dias atuais, tem sido vista como uma parte indesejável e, muitas vezes, atribuída como assistência aos deficientes e não como educação de alunos que apresentam deficiência. (MENDES, 2006).

Em se tratando de Educação Especial, Mazzotta (2003, p. 11), a define como:

A modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de "excepcionais", são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de alunos com necessidades educacionais especiais.

A Educação Física, se justifica nas escolas, pelo fato de ela subsidiar a prática corporal direcionada a vivência de movimentos e desenvolvimento físico e psíquico do aluno, é a educação física que trata da cultura corporal de movimento e se expressa nos jogos, nas danças, nas lutas, nos esportes e nas ginásticas.

Baseado em Gorgatti e Costa (2005), a função da educação física na escola é educar para compreender e transformar a realidade que nos cerca, a partir de sua especificidade que é a cultura de movimento.

Em nossa concepção contrutivista, a educação física deve propiciar o desenvolvimento global de seus alunos, ajudar para que o mesmo consiga atingir a

adaptação e o equilíbrio que requer suas limitações e ou deficiência; identificar as necessidades e capacidades de cada educando quanto às suas possibilidades de ação e adaptações para o movimento; facilitar sua independência e autonomia, bem como facilitar o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social, quando necessário.

Em se tratando de problemas, Gorgatti e Costa (2005) citam que as deficiências podem ser: mentais, físicas, visuais ou auditivas isoladas, mas é freqüente a deficiência combinada, principalmente quando a causa delas abalou o sistema central, que controla todo mecanismo neuromotor do homem.

É importante o conhecimento de tais problemas, pois, independente da escolha de atuação do profissional da área, haverá sempre a possibilidade de se trabalhar com pessoas que têm deficiência, seja em escolas regulares, academias, clubes, colônias de férias, enfim, em qualquer lugar.

Portanto, os deficientes mentais, segundo Diament e Cypel (1996), são aqueles que possuem uma inteligência insuficientemente desenvolvida; ele é incapaz de competir com igualdade com seus companheiros ditos "normais"; não conseguem cuidar de si próprio com independência; possui um vocabulário limitado com aprendizagem lenta; apresenta dificuldade na compreensão das explicações e informações.

Portanto, nas atividades adaptadas, deve-se respeitar as capacidades de cada um, nas diferenças e limitações proporcionando melhor desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo.

A área da Educação Física Adaptada é fascinante, cheia de possibilidades na qual o professor deve ser bom. Não dá para dar uma bola para eles brincarem, temos que orientar a brincadeira, porque se dermos a bola, muitas vezes eles não sabem nem o que fazer com ela. (STRAPASSON, 2006, p. 17).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 85).

A Educação Física para alcançar todos os alunos deve tirar proveito dessas diferenças ao invés de configurá-las como desigualdades. A pluralidade de ações pedagógicas pressupõe que o que torna os alunos diferentes é justamente a capacidade de se expressarem de forma diferente.

O processo de ensino aprendizagem, a respeito dos conteúdos escolhidos deve considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitivas, corporais, afetiva, ética, estética, de relação inter pessoal e

inserção social). Não se restringe a simples exercícios de certas habilidades corporais e exercê-las com autonomia de maneira social e culturalmente significativa.

3.1 EIXOS ESTRUTURADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O ensino da educação física que são oferecidos pelas escolas, devem obrigatoriamente incluir em seu currículo atividades que envolvam esquema corporal, movimentos, e a ludicidade; Além disso, devem oferecer oportunidades educacionais adequadas ao desenvolvimento integral e a manutenção da saúde na busca de uma efetiva participação integração social. Os eixos estruturadores tem como característica principal a complementaridade dialética dos seguintes elementos: (GDF.2000P.91)

- ✓ Ludicidade-aprendizagem;
- ✓ Individualidade-sociabilidade;
- ✓ Competitividade-cooperatividade;
- ✓ Progressividade-continuidade;
- ✓ Heteronomia-autonomia;
- ✓ Orientação-criatividade;
- ✓ Totalidade-sinergia.

Ludicidade-aprendizagem- A ludicidade é um componente indispensável da existência humana que, situado na esfera do simbólico e vinculado aos fenômenos da curiosidade e da intencionalidade do homem, manifesta-se pelo brincar, como processo criativo da estruturação do comportamento humano. (GDF, 2000 p.91)

Individualidade-sociabilidade- Refere-se à observância das diferenças individuais, respeitando as limitações e estimulando as potencialidades do homem. O aluno necessita de liberdade para refletir e decidir, para que tome consciência dos seus atos, assuma responsabilidades e busque autonomia no pensar e no agir. (GDF, 2000 p.91)

Competitividade – cooperatividade- O esporte e o jogo devem ser norteados por princípios que observem o valor educativo de suas práticas. O primeiro princípio é

oportunizar uma prática com equilíbrio de capacidade entre competidores. O segundo é o de se organizarem as regras em função das necessidades do desenvolvimento, seguindo um processo contínuo de progressividade. (GDF, 2000 p.91)

Progressividade – continuidade- Nas várias fases do desenvolvimento, a motricidade, a afetividade, a sociabilidade e a inteligência passam por modificações apresentando características diferenciadas em cada momento. (GDF, 2000 p.91)

Heteronomia-autonomia- Inicialmente a criança é totalmente dependente da atuação do outro para atender suas necessidades. A forma de comunicação inicial são reações reflexas tônico-emocionais. Progressivamente, ela vai descobrindo-se e reconhecendo-se, adquirindo novas informações do meio e aprendendo a interagir pelas suas próprias ações, passando de simples receptor a atuante e, posteriormente, transformador. (GDF, 2000 p.91)

Orientação-criatividade- É necessário orientar o aluno para a proposição de descobertas de novos movimentos, procurando não culpar o erro. O erro deve ser visto como parte integrante do processo de desenvolvimento e obstáculo natural que pode servir de alavanca para realizar o inédito e aprimorar o já conhecido.

Totalidade-sinergia- A ação educativa não atinge sua eficácia máxima se não colocar em jogo todo o conjunto do aparelho neurológico, incluindo aí os centros motores, de integração emocional e de regulação tônica. (GDF, 2000 p.91)

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL

A Educação física na estrutura da Educação infantil e ensino fundamental, insere-se da seguinte forma: Educação infantil de 0 a 6 anos, considerada a primeira etapa da educação básica (LDB – capítulo V, capítulo II seção II art.29), e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. A educação infantil especializada segue a mesma estrutura organizacional dos RCN – Referenciais Curriculares Nacionais/ MEC. Ensino fundamental fase II de 07 a 14 anos tem como finalidade concretizar as intenções educativas, em termos de

capacidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo de sua escolaridade e podem ser divididas em séries, ciclos e níveis.

A educação física no programa de educação infantil para a faixa etária de a 3 anos, contempla as atividades e sugestões de conteúdos a serem desenvolvidas de acordo com as fases de desenvolvimento da criança. (BRASIL, 1999)

NÍVEIS DE ENSINO		
Propostas	Educação infantil – fase I	
Referenciais Curriculares Nacionais; MEC	Creche	Pré-escola
Educação infantil especial	Educação precoce 0-3 anos	Pré-escola 04 a 6 anos

NÍVEIS DE ENSINO					
Proposta	Ensino Fundamental				Educação profissional
PCN/MEC	I ciclo	II ciclo	III ciclo	IV ciclo	Ensino Médio
	1 ^o e 2 ^o Série	3 ^o e 4 ^o série	5 ^o e 6 ^o Série	7 ^o e 8 ^o Série	Objetivos da 1 a 3 séries do ensino médio

4 JOGOS COOPERATIVOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A inclusão é um processo que envolve dinamismo, mudanças de atitudes e muita reflexão em torno da escola e da sociedade (CARVALHO 1998 p.51).

A inclusão, na concepção de Ferreiro (1993), nada mais é do que inserir, introduzir, fazer parte, não apenas com outro indivíduo, mas sim com todas as pessoas de “modo igualitário”, pois vivemos em uma sociedade e não isolados uns dos outros. Deste modo, um mundo inclusivo é aquele em que todas as pessoas têm oportunidades de ser e estar inseridas na sociedade de forma participativa.

Por inclusão entendemos ser um processo que engloba a educação inclusiva, que é sua prática ao setor educacional. A inclusão remete ao conceito de inclusão social como argumenta (SASSAKI, 1997, p. 41).

Conceitua-se inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos (SASSAKI, 1997, p. 41).

Pensando no conceito de inclusão acima descrito, podemos verificar a importância de respeitar as pessoas como seres humanos acima de qualquer coisa, estes, cidadãos, possuidores de deveres e direitos.

Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, portadores de deficiência, populações de fronteiras, estrangeiros migrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos, e os que têm acesso à riqueza. Todos, enquanto pessoas, devem ser respeitados, e sua integridade física protegida e assegurada. (BRASIL, 1998a p. 61).

Uma das práticas sociais mais importantes para a formação cidadã das pessoas é a educação escolar, cuja, uma das funções é ensinar os aspectos éticos, morais etc. abrindo oportunidades para discussões e reflexões nas aulas e permitindo a construção de princípios e valores dignos de uma vida em sociedade.

O individualismo e a competição tornaram-se mais importante para o homem moderno do que valores como a cooperação, a união, a responsabilidade e a organização.

A competição é um fator que dificulta o relacionamento das pessoas, gerando um clima de rivalidade e estresse. Através dos jogos pode-se trabalhar com um objetivo comum a todos, sem que haja competição entre as pessoas. Esses jogos contribuem para o aumento da cooperação no grupo e oferecem as mesmas oportunidades de jogar para todas as pessoas. Nos jogos cooperativos normalmente não se tem perdedores, pelo contrário, todos ganham. A sociedade é baseada na produtividade, com isso, muitas vezes o único caminho que vemos é o da competição.

No momento em que as pessoas estão em grupo, compartilham suas idéias de mundo. O envolvimento na atividade em grupo é muito maior do que quando enfrentamos desafios que anteriormente fazíamos sozinhos. Aprender com outras pessoas é mais rápido. O jogo garante um espaço de aprendizagem, pois atravessar desafios pode parecer impossível, mas com a força do grupo o estímulo aumenta.

Os jogos cooperativos já existem há muito tempo, segundo (Orlick,1989, p. 123) "começaram a milhares de anos atrás, quando membros das comunidades tribais se uniram para celebrar a vida".

Os jogos cooperativos podem ser atividades divertidas com pequenas adaptações de regras, de acordo com o perfil do grupo. "O objetivo primordial dos jogos cooperativos é criar oportunidades para o aprendizado cooperativo e a interação cooperativa prazerosa" (Orlick,1989, p. 123).

Esses jogos contribuem para que as pessoas diferenciem o jogo da competição. Através dessa vivencia as pessoas poderão refletir e até mesmo constatar que as atividades em conjunto são tão prazerosas quanto à disputa individual. Esse tipo de jogo é necessário para que as pessoas reflitam sobre regras e solidariedade em uma situação onde todos ganham.

Esse tipo de vivencia cooperativa permite o desenvolvimento do viver e do conviver em grupo, do aprender para cooperar e do cooperar para aprender, exercitando o compartilhar como instrumento de crescimento pessoal.

Segundo (Orlick, 1989, p. 123), "a diferença principal entre Jogos Cooperativos e competitivos é que nos Jogos Cooperativos todo mundo coopera e

todos ganham, pois tais jogos eliminam o medo e o sentimento de fracasso. Eles também reforçam a confiança em si mesmo, como uma pessoa digna e de valor".

Existem professores de Educação Física que resistam em trabalhar com Jogos Cooperativos com alunos com deficiência em virtude dos novos desafios que enfrentarão. Diante disso, os jogos cooperativos vem tendo uma proposta de banir a exacerbação da competição e do ponto de vista excessivo da Educação Física esportivizada.

4.1 DESENVOLVIMENTO DOS JOGOS COOPERATIVOS

Os Jogos Cooperativos tem como características principais a participação de todos, a não exclusão por falta de habilidade, a mistura de grupos e a diversão.

Nesse tipo de jogo, o resultado não é a principal preocupação, mas sim a diversão o prazer em jogar, a união do grupo que não se preocupa com o fracasso ou o sucesso, com o vencer ou perder (BROTTO, 1995).

Ao longo dos tempos, o jogo sempre foi utilizado de maneira conveniente pelos diferentes povos, preservando os seus rituais e crenças, através das culturas e o meio social. Os Jogos Cooperativos sempre estiveram inseridos na sociedade, porém começaram a ser mais valorizados na década de 1950 nos Estados Unidos através do trabalho de Ted Lentz. Já no Brasil, um dos primeiros a produzir textos sobre Jogos Cooperativos foi o professor Fábio Otuzi Brotto (SOLER, 2005).

4.2 MATERIAIS UTILIZADOS E SUAS FUNÇÕES

O processo de ensino aprendizagem varia conforme as necessidades do educando portador de necessidade especial. Além de dedicação, segundo Paulo Freire (2002, p.80) nos revela que ensinar exige alegria e esperança, (...). Há uma relação entre alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que o professor e alunos juntos possam aprender ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. O grande desafio colocado na atualidade é que os jogos cooperativos sejam executados pelos alunos de forma prazerosa e de forma significativa.

4.3 JOGOS COOPERATIVOS/ COMPETITIVOS

Se fizermos um paralelo entre competição e cooperação, percebemos claramente qual caminho é mais adequado para o ambiente escolar. Segundo Brotto (2001), a competição é “um processo onde os objetivos são mutuamente exclusivos, as ações são individualistas e somente alguns se beneficiam dos resultados”. Por outro lado, o autor define cooperação como “um processo onde os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os resultados são benéficos para todos.”.

Já foi visto anteriormente que os Jogos Cooperativos tem como características principais a participação de todos, a não exclusão por falta de habilidade, a mistura de grupos e a diversão. Nesse tipo de jogo, o resultado não é a principal preocupação, mas sim a diversão o prazer em jogar, a união do grupo que não se preocupa com o fracasso ou o sucesso, com o vencer ou perder (BROTTO, 1995).

Os Jogos Competitivos são jogos que possuem regras rígidas, que sempre eliminam um grupo e que o objetivo principal é vencer. Mas ao analisarmos bem, nesse tipo de jogo também há cooperação entre a equipe, também há união entre os jogadores e também podem ser muito divertidos.

COOPERAÇÃO: é um processo onde os objetivos são comuns e as ações são benéficas para todos.

COMPETIÇÃO: é um processo onde os objetivos são comuns, mutuamente exclusivos e as ações são benéficas somente.

O uso do jogo cooperativo ajuda a criança a se desenvolver em sua parte afetiva, psicológica, social, espiritual e motora. O jogo constitui-se um elemento chave para o próprio desenvolvimento humano, e sobre tudo serve para criar um sentimento de autonomia, servindo como elemento essencial num trabalho de educação inclusiva. (SOLER, 2005 p.184).

O jogo possui funções essenciais, importantes na formação do ser humano, dentre eles ressaltamos:

1. Serve para explorar: o mundo que rodeia quem joga, como também explorar as suas próprias normas, regras e atitudes.
2. Reforça a convivência: O alto grau de liberdade que o jogo permite faz com que as relações fiquem mais saudáveis e, dependendo da orientação que o jogo oferece,

pode modificar e aprimorar o relacionamento interpessoal. Daí a importância de se tentarem criar jogos para o encontro e não mais para o confronto.

3. Equilibra corpo e alma: Devido ao seu caráter natural, atua como um circuito auto-regulável de tensões e relaxamentos.
4. Produz normas, valores e atitudes: Tudo o que acontece no mundo real pode ser utilizado dentro do jogo por meio da fantasia. Entendo que o jogo pode nos formar em direções variadas; cabe a cada um de nós fazer a escolha.
5. Possibilita a fantasia: Transforma o sinistro em fantástico sempre dentro de um clima de prazer e divertimento.
6. Induz a novas experimentações: permite aprender por meio de erros e acertos, pois sempre se pode recomeçar um novo jogo.
7. Torna a pessoa mais livre: Dentro de um jogo existem infinitas escolhas, permitindo à pessoa que joga estruturar-se e desestruturar-se frente às dificuldades. (SOLER, 2005 p.184-185).

Diante do exposto acima, podemos descrever alguns jogos e brincadeiras que poderão ser úteis no trabalho do profissional que trabalha dentro de uma perspectiva de uma escola inclusiva, São eles:

Bola alternativa

Coloca-se a bola no chão dentro do círculo. O facilitador explica ao grupo que esse deve tentar tirar a bola sem usar as mãos. Podem-se usar os pés, costas, ombros etc. O grupo que conseguir o objetivo pode orientar os demais.

Objetivo: Integrar-se ao meio social; Aprimorar o trabalho em grupo e discutir valores.

Cadeira livre

No círculo, deverá haver uma cadeira a mais do que o número de participantes.

O jogo começa com a disputa do lugar vago entre os seus vizinhos da direita e da esquerda. Quem sentar deverá dizer: "Sentei!" Os que estiverem ao lado da cadeira livre vão sentando como se estivessem sendo atraídos. O primeiro diz: "No jardim!" O segundo: " Com meu amigo..." E dirá o nome de alguém que está participando do jogo. Este deverá correr e sentar-se no lugar vago, deixando agora a sua cadeira livre. O jogo continua com a disputa da cadeira livre.

Objetivos: Integrar-se ao meio social; trabalhar a relação interpessoal e desenvolver hábitos e habilidades de trabalho em grupo.

Bola ao centro

A criança lança as cinco bolas (uma a uma), em direção aos círculos, tentando conseguir acumular o maior número de pontos. Podem-se organizar duas ou mais equipes.

Objetivos: Aprimorar a coordenação visomotora; Reforçar o trabalho em grupo.

Abraço musical

Todos dançam ao som da música. Quando o professor parar a música, têm que se abraçar, de dois em dois, à música volta, e todos continuam dançando. Depois, de quatro em quatro, de seis em seis, até todo o grupo se abraçar.

Objetivos: Adquirir hábitos saudáveis de relações interpessoais e estimular a cooperação.

Está mais que evidenciado que o jogo é fundamental na formação do ser humano, e que possui uma grande importância como elemento educacional, pois segundo Friedmann (1996), o jogo aprimora algumas dimensões, tais como:

- Desenvolvimento da linguagem: o jogo dá acesso a um maior número de informações.
- Desenvolvimento afetivo: O jogo é a oportunidade que a criança tem para expressar seus afetos e emoções.
- Desenvolvimento físico-motor: a interação da criança em ações motoras, visuais, táteis e auditivas sobre objetos do seu meio é essencial para o seu desenvolvimento integral.
- Desenvolvimento moral: A construção das regras cria uma relação de respeito com o adulto ou com outras crianças.

4.4 ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O papel do professor de Educação Física na Inclusão, como em qualquer outra modalidade de ensino, é o de criar desequilíbrios, apresentando ao seu aluno, o novo e o desconhecido, pois diante do desafio, a criança tende a assimilar o

conhecimento, utilizando os recursos motores e mentais que possui. Provocar desequilíbrios, porém, não é deixar a criança à deriva; ela deve poder estabelecer uma ligação entre o conhecido e o desconhecido. (SOLER, 2002)

É fundamental que o professor atue como mediador entre o conhecimento e o educando sempre dando espaço para a reflexão: fazer, e muito mais importante do que isto, compreender o que fez.

O professor deve começar sempre com uma atividade que a criança domina, e aos poucos ir incorporando novos elementos fazendo com que ela tenha que se reestruturar internamente gerando sempre novos conhecimentos.

O professor de Educação Física deverá fazer adaptações necessárias, nas regras, nas atividades, na utilização do espaço, em materiais para estimular, tanto no aluno portador de necessidades especiais como em todo o grupo, possibilidades que favoreçam a sua formação integral. (SOLER, 2002, p. 21)

O corpo passa a ser o instrumento principal para uma aprendizagem significativa, é o mediador entre o mundo interior e o mundo exterior, pois tudo que passa por ele é para a vida toda.

O professor deve entender que utilizando o lúdico, que é uma das linguagens infantis, poderá avançar muito mais no aprendizado, já que o que prende uma criança à atividade é a alegria e o prazer de brincar. E se conseguir passar por tudo o que deseja por meio de jogos e brincadeiras, muito melhor.

4.5 BENEFÍCIOS DOS JOGOS COOPERATIVOS

Os princípios dos jogos cooperativos e os resultados que as atividades cooperativas podem alcançar são de grande relevância no que se refere à formação do ser humano como elemento ativo na transformação social, bem como, sua contribuição na formação de pessoas conscientes de sua responsabilidade no meio em que vivem.

Desde o momento em que nascemos aprendemos a ter o comportamento competitivo, da mesma forma que adquirirmos este comportamento podemos também aprender a ser cooperativos.

É através dos jogos que enxergamos a nossa capacidade de conviver, e assim incentivamos a participação à criatividade e expressão pessoal de cada indivíduo. São atividades que ajudam a diminuir as manifestações de agressividade,

promovendo boas atitudes, tais como: Socialização, amizade, cooperação e solidariedade, facilitando o encontro com os outros que jogam, predominando sempre os objetivos coletivos sobre os objetivos individuais.

Segundo Brotto (2001) os jogos cooperativos, favorecem algumas atitudes essenciais para o exercício da convivência:

- Evitam situações de exclusão;
- Diminuem as chances de experiências negativas;
- Favorecem o desenvolvimento das habilidades motoras e capacidades físicas de forma prazerosa;
- Estimula um clima de alegria e descontração;
- Promove o respeito e a valorização pelo diferente;
- Ensina para além das regras e estrutura do jogo.

Podemos perceber que nos dias de hoje ainda existem muitos pontos a avançar para melhorar a percepção e utilização dos Jogos Cooperativos de maneira positiva na educação. O caminho é criar espaços cada vez maiores e organizados para ampliar esses entendimentos.

5 METODOLOGIA

5.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa se caracterizou como sendo uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é fundamentada nos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia; sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Além disso a pesquisa bibliográfica é indispensável para a realização de estudos históricos.(OLIVEIRA,1997).

Durante o levantamento bibliográfico selecionamos alguns livros que foram fundamentais no processo de conclusão e execução deste trabalho; dentre eles podemos citar: Educação inclusiva na escola: Em busca de uma escola plural; Jogos cooperativos: O jogo e o esporte como exercício da convivência; Sobre Educação, Educação Física e Inclusão Escolar.

6 CONCLUSÃO

Os mais recentes tratados internacionais têm refletido um desejo mundial de construção de uma sociedade que não só reconhece a diferença como um valor humano irrefutável, como também promove condições plenas para o desenvolvimento das potencialidades de todos os seres humanos, na sua singularidade.

O Brasil, nos últimos anos, avançou na elaboração e na implementação de ações intersetoriais, baseadas na concepção de que a inclusão social das pessoas com deficiência se dá na medida em que as políticas de educação, saúde, assistência social, transporte, trabalho, cultura, desporto, dentre outras, articulam-se para atender efetivamente às especificidades deste público.

A educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada dia mais desafiadora para os sistemas de ensino brasileiros, pois o direito à educação não se configura apenas pelo acesso, materializado na matrícula do aluno junto ao estabelecimento escolar, mas também pela sua participação e aprendizagem ao longo da vida.

É possível pensar nos Jogos Cooperativos enquanto um dos conteúdos da Educação Física na educação básica. Apesar da resistência de alguns alunos, acostumados unicamente com o esporte competitivo, e do receio de professores que se sentem ameaçados pelo novo, e preferem continuar a reproduzir o que já está pronto, a experiência desenvolvida na pesquisa demonstrou que a aceitação foi maior que a resistência. Na maior parte das aulas aplicadas, mesmo aqueles alunos que a princípio não queriam participar acabaram aderindo à nova prática e a sua respectiva ideologia.

Conclui-se através deste trabalho monográfico que os jogos cooperativos, tema deste trabalho, contribuem para que as pessoas diferenciem o jogo da competição. Através dessa vivência as pessoas poderão refletir e até mesmo constatar que as atividades em conjunto são tão prazerosas quanto à disputa individual. Esse tipo de jogo é necessário para que as pessoas reflitam sobre regras e solidariedade em uma situação onde todos ganham.

Esse tipo de vivência cooperativa permite o desenvolvimento do viver e do conviver em grupo, do aprender para cooperar e do cooperar para aprender, exercitando o compartilhar como instrumento de crescimento pessoal.

Lidar com as diferenças, principalmente em jogos e dinâmicas orientadas, implica em repensar no processo pedagógico, nas ações docentes, buscando parcerias dentro da sociedade para assim mudar atitudes. Construir uma ambiente escolar inclusivo é uma tarefa social que depende de um conjunto o qual envolve família, escola e sociedade, sendo que a inclusão é um direito de todos e por isso deve ser tratada com respeito para assim ser implantada com sucesso principalmente por aqueles que dela necessitam. A inclusão é um processo no qual todas as partes envolvidas estão em constante aprendizado.

O processo de aprendizagem para alunos com deficiência passa pela necessidade de recursos pedagógicos apropriados e adaptados de acordo com sua necessidade. Cabe ao professor usar criatividade e estar atento a sua postura e linguagem clara, deve ser dinâmico em suas ações, no criar idéias e deixar criar idéias, no participar e deixar participar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação Especial**. SEESP, Brasília, 1994.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física**; Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil – volume 3**; Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEM, 1999.

_____. **Educação Inclusiva: Direito a diversidade**. Brasília: SEESP/MEC, 2009.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos: O jogo e o esporte como exercício da convivência**. Santos: Projeto Cooperação, 2001.

_____. **Jogos Cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar**. São Paulo: Cepeusp, 1995.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

DIAMENT, A; CYPEL, S. **Neurologia Infantil**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 1996.

FERREIRO, Emília, **Com Todas as Letras**. Cortez , São Paulo, 4ª edição 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** .24ª Ed. São Paulo: Paz e Terra,2002

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: Crescer e aprender – o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos da Educação Especial no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GDF. **Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Ensino Médio**. Brasília: FEDF, 2000

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada**. Barueri - Sp: Manole, 2005.

MANTOAN. M. T. E. **A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v.11, n.33, set./dez.2006.p.387-405

OLIVEIRA, F. F. **Dialogando Sobre Educação, Educação Física e Inclusão Escolar.** 2006, Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd51/educa1.htm>. Acessado em 29 outubro de 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses.** São Paulo: Pionneira, 1997.

OLIVEIRA, Tátia Cilene leite de. **Educação Especial Inclusiva: Aspectos históricos, legais e filosóficos.** Centro Universitário Leonardo da Vinci – Indaial, 2010.

ORLICK, Terry. **Vencendo a competição.** São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

ROSSETTO, E. **Processo de Inclusão: um grande desafio para o século XXI.** 2006. Disponível em: <http://www.presidentekennedy.br/rece/trabalhos-num3/artigo09.pdf>. Acessado em 29 outubro de 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____ Romeu Kazumi. Integração e inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento. 7 (39): 45-47. 1998.

SOLER, Reinaldo. **Brincando e aprendendo na Educação Física Especial.** São Paulo: Sprint, 2002.

_____ Reinaldo. **Educação física inclusiva: Em busca de uma escola plural.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

STRAPASSON, A. **Apostila de Educação Física para Pessoas com Deficiência, da Faculdade de Pato Branco.** Pato Branco, PR: FADEP, 2006/2007.

ZANELLA, M. N. **Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.** 2006. Disponível em <http://www.ufscar.br/~cech/ppgees/propobjet.htm>. Acessado em 29 outubro de 2011.